

II Seminário Ambulantes e Cidade

Trama institucional, trabalho e migração

31/03 e 07/4

15h às 19h

**Local: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Socioeconômicos (DIEESE)**

Organização e Apoio:

Projeto de Extensão Fronteiras Cruzadas / Grupo Cidade e Trabalho - USP
Fórum dos Ambulantes de São Paulo - Centro Gaspar Garcia
DIEESE

Comissão Organizadora:

Ana Lídia, Tiago Côrtes, Vera da Silva Telles, Benedito Roberto Barbosa, Ananda Endo, Felipe Rangel, Kleber, Meg, Fedo Bacourt, Luciana Itikawa.



II Seminário Ambulantes e Cidade

Trama Institucional, Trabalho, Migração

31_Março_2025 e 07_Abril_2025
15h às 19h • Escola DIEESE
R. Aurora, 957 - Santa Ifigênia



DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



**FRONTEIRAS
CRUZADAS**
FFLCH | USP



fflch

O Seminário Ambulantes e Cidade nasceu em 2020, durante a pandemia da Covid-19, com o objetivo de compreender e cartografar o impacto da pandemia nos comércios populares na cidade de São Paulo, as tensões e conflitos em torno de formas de controle dos espaços urbanos, bem como as ações e iniciativas de redes e formas de articulação utilizadas pelos trabalhadores ambulantes para lidar com os bloqueios e impasses no exercício do seu trabalho nos espaços de grande comércio popular.

Sob iniciativa do grupo Cidade e Trabalho (USP), do Fórum dos Ambulantes da Cidade de São Paulo, do Fronteiras Cruzadas, do Centro Gaspar Garcia, o I Seminário reuniu pesquisadores, ativistas, parlamentares, lideranças de movimentos sociais etc. promovendo uma reativação de redes antigas e fortalecendo outras frentes de atuação, de reflexão desse mundo em torno do mercado popular e dos trabalhadores.

Como resultados dessas articulações, as organizações de ambulantes construíram uma agenda de atuação diante das urgências do momento, na ocasião. Entre outras iniciativas, conquistaram recursos (emendas parlamentares) para a realização de uma pesquisa sobre o trabalho ambulante na cidade de São Paulo. O mapeamento, ainda em andamento, conduzido pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em parceria com as entidades e associações ambulantes, abre margem para confrontar os dados oficiais do Estado, criando outros quadros de referência, permitindo assim repensar maneiras de ocupação das vias públicas, o solo público com condições menos precárias, com espaços de higiene e segurança alimentar, segurança contra roubos e furtos. Além disso, pode contribuir para minimizar os impactos do mercado de extorsão envolto no mercado popular.

Neste ano de 2025, o II Seminário dá continuidade às discussões do evento anterior, buscando recuperar os desdobramentos da agenda de articulações travadas nos últimos anos. A proposta é analisar as disputas travadas no coração do comércio popular, as formas legais e extralegis de gestão desses mercados e suas territorialidades, bem como os dispositivos de controle estatais e paraestatais operantes nos mercados populares. Será importante compreender a trama institucional tecida por instrumentos jurídicos-institucionais e por dispositivos de controle que permeiam as políticas urbanas voltadas a estes espaços e que recaem sobre os trabalhadores ambulantes, dentre os quais milhares de migrantes.

Os mercados populares vêm passando por profundas transformações. No centro das disputas que agitam esses mercados, estão pesados jogos de interesses em torno da riqueza circulante nesses territórios e que se fazem nas fronteiras do legal/ilegal. Os dispositivos de controle, legais e extra-legais, que recaem sobre os trabalhadores ambulantes devem ser vistos em relação à essa disputa pela riqueza circulante nesses espaços e ao pesado jogo de interesses - econômicos, corporativos, políticos - envolvidos nessas disputas.

Mesa de abertura com representantes do Fórum dos Ambulantes, Projeto de Extensão Fronteiras Cruzadas e DIEESE

Local: DIEESE, R. Aurora, 957 - 6o andar

Dia/ Horário: 31/03 - 15h-15h15

Mesa 1: Extração de riquezas e formas de controle

Local: DIEESE, R. Aurora, 957 - 6o andar

Dia/ Horário: 31/03 - 15h15 -19h

Esta mesa tem como objetivo discutir as disputas pela riqueza circulante nos mercados populares e que envolvem operadores do mercado formal, agentes públicos e grupos não estatais. Os trabalhadores ambulantes, por sua vez, em suas atividades nas vias públicas, mobilizam uma parte considerável da economia urbana, fazendo circular formas de riqueza que não são contabilizadas nos registros oficiais, mas que estão no coração de conflitos que agitam os centros dos mercados populares. Eis o ponto que nos interessa discutir: as disputas que ao mesmo tempo produzem e se nutrem dos processos de ilegalização do trabalho ambulante, acionando formas extralegis de extração de riquezas por meio de extorsão e mercados de proteção.

De um lado, os critérios excludentes de regularização do trabalho ambulante jogam as maiorias no limiar da ilegalidade, sujeitos à acusação criminal. De outro, as parcerias público-privadas e as chamadas políticas de requalificação urbana terminam por empurrar para esse limbo entre o informal e o ilegal parcelas majoritárias de ambulantes que não se adequam à lógica da gestão empresarial desses empreendimentos, colocando-os em situação de extrema exposição às práticas de extorsão e violência. O fato é que a atuação ilegal de agentes do Estado e grupos criminais tem um impacto significativo nos mercados populares ilegalizados. Esses grupos impõem formas alternativas de ordenamento dos mercados urbanos e estabelecem regras de funcionamento com base na cobrança de taxas informais-ilegis pelo uso das vias públicas e na constituição de mercados de proteção. A atuação extra-legal desses agentes, estatais e não estatais, pode ser vista como estratégias de disputas pela apropriação crapulosa da riqueza circulante nesses mercados.

É sob essa perspectiva que propomos situar as formas de controle do trabalho ambulante, como parte da engrenagem legal e ilegal de extração, captura e apropriação da riqueza engendrada nos vários circuitos econômicos que se entrecruzam nesses mercados e que é disputada por uma trama intrincada de atores legais e extra-legais, estatais (fiscais, operadores políticos, agentes policiais) e não estatais (grupos de segurança privada, organizações criminais). É também sob essa perspectiva que poderíamos situar o lugar da Operação Delegada nas formas de controle dos mercados populares – será preciso levar em conta o imenso volume de recursos destinados ao funcionamento da Operação Delegada, o que significa um intrincado e pesado jogo de interesses envolvidos, interesses corporativos e interesses políticos, tudo isso entramado nessas formas de controle legais e extra legais dos mercados populares.

Expositores: Ana Lúcia Aguiar (USP), Felipe Rangel (UFSCAR)

Debatedores: Fernando Rabossi (UFRJ) - *a confirmar*, Yolanda/Miriam (Amilv), Meg (Fórum dos Ambulantes), Fedo (USIH), Representante do Ministério Público do Estado de SP - *a confirmar*.

Mediador: Tiago Rangel (USP e DIEESE)

Mesa 2: Tramas jurídico-institucionais e cidade em disputa

Local: DIEESE, R. Aurora, 957 - 6o andar

Horário: 7/04 - 15h-19h

Esta mesa tem o objetivo de discutir os modos de articulação e resistência aos processos de ilegalização dos trabalhadores ambulantes.

No centro da discussão está o debate sobre as tramas jurídico-institucionais que vem sendo operacionalizadas com sentidos variadas: de um lado, a desativação infralegal, sorrateira e pouco ruidosa de mecanismos de proteção, normativas e dispositivos que garantiam em alguma medida a participação dos ambulantes na arena de decisão sobre o uso do espaço urbano - esvaziamento das Comissões Permanentes de Ambulantes, retirada de TPUs, concessão precária do Tô Legal, etc; de outro lado, organizam-se ativistas, defensores, associações e movimentos variados que mobilizam de parlamentares a operadores do direito para tentar travar a disputa nessa arena jurídico-institucional.

Em foco, a discussão aqui visa mapear quais são essas formas atuais que erodem os direitos de trabalhadores ambulantes, em especial os mais precarizados como migrantes, empurrando-os de forma sistemática à margem da legalidade para criar um aparato repressivo, criando as condições de possibilidade para a realização de convênios e contratos extremamente lucrativos, como a própria Operação Delegada. Este debate visa, então, ao cartografar as formas contemporâneas que avançam sobre os direitos dos ambulantes na trama jurídico-institucional, evidenciar os contrapoderes e campo de possibilidades para atuação organizada e coletiva dos ambulantes.

Espera-se, ao final das discussões, que seja possível esboçar uma agenda de articulações possíveis e definir os primeiros encaminhamentos nessa direção. Como ponto de partida, se tentará uma sistematização das questões, propostas e sugestões que tiverem surgido nessas duas mesas.

Expositores: Luciana Itikawa (USP) e Benedito Barbosa (Fórum dos Ambulantes)

Debatedores: Cyntia Carneiro (USP, Ribeirão Preto), Eduardo Abramowicz (Centro Gaspar Garcia), Hortense Mbuyi (USP), Representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo - *a confirmar*.

Mediadora: Vera Telles (USP)

SERVIÇO:

Evento gratuito.

Local: DIEESE, R. Aurora, 957 - 6o andar

Datas: 31/03 e 07/4 (segundas-feiras)

Horário: 15h-19h

Mais informações: <https://fronteiras cruzadas.com.br/>